

## A disfunção da Administração e suas ambiguidades organizacionais

RENATO NUNES BITTENCOURT\*

**Resumo:** O artigo analisa algumas peculiaridades do perfil estudantil que ingressa no curso universitário de Administração na consolidação de uma agenda gerencial que alia elementos pretensamente progressistas com os mais intensos dispositivos ultraliberais. O artigo propõe ainda uma análise do desenvolvimento da tecnocracia gerencial no decorrer da era moderna até a conjuntura capitalista edulcorada através de discursos superficialmente incluídos e sustentáveis no ambiente organizacional e em suas práticas produtivas.

**Palavras-Chave:** Administração; Poder Gerencial; Tecnocracia; Progresso; Ultraliberalismo.

### The dysfunction of management and its organizational ambiguities

**Abstract:** The article analyzes some peculiarities of the student profile that enters the university course of Management in the consolidation of a management agenda that combines allegedly progressive elements with the most intense ultraliberal devices. The article also proposes an analysis of the development of managerial technocracy throughout the modern era until the capitalist conjuncture sweetened through superficially inclusive and sustainable discourses in the organizational environment and in its productive practices.

**Keywords;** Administration; Management Power; Technocracy; Progress; Ultraliberalism.



\* RENATO NUNES BITTENCOURT é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor do Curso de Administração da FACC-UFRJ.

Dinheiro, bens ou disponibilidade de tempo não compensam de modo algum a perda da vida profissional, embora seja claro que, segundo os atuais parâmetros abstratos de êxito, o dinheiro e os bens sejam muitas vezes chamados a desempenhar precisamente esse papel (MUMFORD, 2018, p. 422).

## **Introdução**

Um dos grandes debates acerca da natureza da Administração consiste em definir se tal ramo é uma ciência específica, um conjunto de saberes interligados ou mesmo um retalho de diversos ramos epistêmicos tal como uma grande quimera. Não há pleno consenso acerca dessa questão. Talvez a única certeza seja a de que o sono da Administração produz monstros.

A carreira em Administração é uma das mais rentáveis em nossa conjuntura socioeconômica capitalista. Desde o início da graduação o estudante consegue adentrar, ainda que na condição de estagiário, na seara organizacional nos seus mais diversos segmentos, conforme suas próprias aptidões pessoais. Para concluir com êxito o curso de graduação em Administração o estudante necessita desenvolver diversas habilidades intelectuais e superar inúmeras limitações pedagógicas. A carga de ensino é intensa e exige bastante foco e disciplina da parte do estudante.

Nas linhas a seguir analisaremos alguns problemas gerenciais e ideológicos do mundo organizacional da Administração e suas implicações sociais, políticas e econômicas na conjuntura de um mundo cada vez mais colapsado pela lógica do mercado capitalista, insustentável, excludente e anti-humanista. A perspectiva filosófica nessa investigação sobre as contradições e limitações da Administração é fundamental pelo fato de que o discurso filosófico, ainda que entranhado nas instituições e

organizações, se coloca axiologicamente distante das mesmas, sendo assim uma espécie de voz crítica de denúncia contra a instrumentalização da vida humana pela violência estrutural das forças autoritárias do capital.

## **As estridências da Administração**

Usualmente os estudantes de graduação em Administração reclamam que a grade curricular do curso é bastante defasada em relação ao que consideram como as demandas novas da sociedade informatizada e os seus maravilhosos avanços técnicos. Afirmam que pouco se aprende nas cadeiras universitárias e muito mais na prática de estágio, considerado um verdadeiro laboratório para uma ótima inserção profissional após uma conclusão exitosa dos estudos regulares. Trata-se assim de um curso que necessita constantemente validar ideologicamente a sua própria legitimidade intelectual perante essa massa eufórica que se considera intuitivamente empreendedora e cada vez mais impaciente e ruidosa. É inegável que muitos estudantes de Administração, em especial de instituições públicas (tradicionalmente bem respeitadas perante as empresas) se aproveitam oportunisticamente dessa conquista acadêmica para que possam galgar no mundo corporativo uma inserção financeiramente viável. O curso de Administração se transforma assim em uma espécie de trampolim para inserção mercadológica, o que denota a aplicação de um viés instrumentalizado na construção da trajetória do estudante, que desse modo sempre buscará o caminho pedagógico mais fácil a seguir

para que assim não sofra nenhum entrave técnico que bloqueie suas aspirações individuais. O grande problema decorrente dessa postura consolidada reside na desvalorização da própria formação acadêmica em favor da carreira profissional, circunstância que evidencia uma nítida inversão de premissas.

O aluno, após os vitoriosos exames de avaliação vestibular, conquista uma vaga de curso superior em Administração, mas se empenha muito mais, quando é admitido como estagiário em uma empresa, em estar sempre ao seu dispor, inclusive ocasionando assim prejuízos regulares para sua própria formação pedagógica na instituição de ensino da qual faz parte, deixando então em segundo plano sua própria trajetória educacional. São recorrentes os casos de alunos com péssimo rendimento acadêmico que realizam atividades de estágio em empresas de grande renome social, o que é certamente uma situação bizarra. As empresas, grosso modo, anseiam por mão-de-obra barata e qualificada oriunda dos grandes cursos universitários de Administração, mas pouco se importam se o aluno apresenta performance acadêmica espúria. A vida universitária é árdua e muitas vezes o seu ar é rarefeito e exige fôlego psicofísico, mas para a dimensão empresarial o capital humano dessa juventude desprovida de substancialidade intelectual é mensurado a partir de outros critérios. Quanto mais filisteu é o aluno do curso de Administração melhor para a dinâmica predatória do mercado, pois aquele que pensa demais ou demora a formular respostas para os problemas operacionais corre o risco de ser preterido pelo poder gerencial. Tempo é dinheiro, sempre.

O formando em Administração é adestrado então a desvalorizar a paciência do conceito e só se atrelar aos discursos utilitaristas que pretensamente garantam resultados imediatos, de modo que todo exercício de reflexividade é imputado pela tacanha mentalidade gerencialista (intrinsecamente autoritária e excludente) como algo inútil para os propósitos soberanos do mercado. Nesse contexto, um dos aspectos mais censuráveis no aluno que se forma através da hegemonia da agenda ultraliberal consiste na triste hipótese de se considerar que todas as relações sociais são mensuráveis como serviços e que outrem (professores, servidores técnico-administrativos, diretores institucionais) devem estar sempre ao dispor para atender as suas demandas pessoais, mesmo que manifestadas em canais que não são oficiais, violando assim todas as fronteiras de privacidade e de legalidade. Toda formalidade é solapada pelo espírito de aceleração pseudocomunicacional, que não raro se torna uma experiência autoritária por parte desse tipo de estudante afoito por respostas rápidas, gerando, inclusive, situações judicializadas quando os profissionais da educação não correspondem às expectativas desse alunado despudorado que enxerga as relações acadêmicas tal como um serviço de fast food disponível para atendimento 24h. Os liberalóides infiltrados na carreira gerencial desconhecem o sagrado direito de outrem não vir a ser incomodado por apelos inconvenientes. Por isso o agenciamento ultraliberal que degrada a dimensão administrativa é avessa aos fundamentos da burocracia, que de forma alguma, em essência, é ruim. A burocracia garante a isonomia no tratamento em relação ao cidadão, sem qualquer discriminação socioeconômica, e exige que os procedimentos formais sejam cumpridos

rigorosamente, justamente para que se evitem favorecimentos ilícitos e realizações de negociações clientelistas com aqueles que violam as prioridades legais mediante subornos ou mesmo por mera cordialidade imprópria. Max Weber, um pensador cuja obra contribuiu enormemente para o enriquecimento dos estudos organizacionais na Administração, apresenta uma das mais substantivas análises sobre a atividade burocrática através de uma das suas figuras cruciais, o funcionário:

O autêntico funcionário deve cumprir seu dever *sine ira et studio*, “sem ódio e parcialidade”. Ele não deve fazer, portanto, justamente o que o político, o líder, assim como sua comitiva devem fazer sempre e necessariamente: lutar [...] A honra do funcionário é a capacidade de executar um comando com sabedoria e de modo rigoroso sob responsabilidade do comandante, mesmo quando a autoridade superior insiste em um comando que lhe pareça falso e, à revelia de suas próprias ideias, fazê-lo como se correspondesse às suas próprias convicções: sem essa disciplina e autonegação éticas no mais alto sentido, desmoronaria todo o aparato (WEBER, 2020, p. 45-46).

No entanto, a mentalidade ultraliberal exige que as estruturas organizacionais sejam “dinâmicas” e “flexíveis”, de modo que a racionalidade burocrática seja dissolvida e assim toda hierarquia funcional suprimida, o que resultaria no caos organizacional e na corrupção endêmica do sistema, pois quem pagasse pela obtenção de privilégios estaria sempre em vantagem em relação aos cidadãos probos. Os apóstolos do “servo-liberalismo” consideram que a práxis burocrática embota a personalidade dos

funcionários e retira-lhes toda iniciativa criativa.<sup>1</sup> Trata-se de uma grande estultícia consolidada no imaginário social, pois a estabilidade profissional permite ao servidor realizar com muito mais segurança as suas atividades inerentes, sem as pressões externas por resultados imediatistas que no fim prejudicam a própria qualidade do trabalho a ser outorgado para a sociedade. Os ultraliberais afirmam que os críticos do capitalismo selvagem não reconhecem as significativas mudanças organizacionais ocorridas nas empresas modernas, pretensamente mais competitivas, meritocráticas e favoráveis ao crescimento pessoal nos quadros corporativos, o que de fato não procede, pois ao fim e ao cabo a rentabilidade financeira permanece retida nas mãos de um pequeno grupo que jamais cede um palmo para beneficiar a totalidade dos quadros funcionais empresa. Por outro lado, essa mesma chusma ultraliberal considera que a palavra “inovação” é estranha ao setor público e somente enxerga nas suas inerentes organizacionais o engessamento apático, expressando assim sua má-fé corriqueira para melhor legitimar junto ao imaginário gerencial suas ações usualmente predatórias contra aqueles que não se adequam ao processo de despersonalização existencial exigido pela despudorada ferocidade capitalista. Toda inovação nasce do setor público e é absorvida sem os devidos créditos pela iniciativa privada, que então vende serviços e produtos para a sociedade de consumo sem qualquer contraparte social em favor do bem comum.

A narrativa ultraliberal, por conseguinte, de modo algum é contrária aos atos ilícitos nas relações administrativas, pois o poder do dinheiro ressignifica toda a

<sup>1</sup> “Empregos governamentais não oferecem qualquer oportunidade para que se mostrem dons

e talentos pessoais. A regulamentação sufoca e extingue a iniciativa” (MISES, 2018, p. 116).

moralidade instituída e estabelece critérios axiológicos voláteis conforme os interesses soberanos do mercado. É de grande importância abordarmos esse tema espinhoso na presente argumentação pelo fato de que o aluno ludibriado pela ideologia ultraliberal, mesmo que apresente em seu discurso cotidiano e nas suas práticas sociais alguns esquilidos sinais políticos progressistas, não hesita em considerar que suas necessidades pessoais são mais urgentes e mais importantes do que as dos demais colegas. Todos somos iguais perante as normas institucionais, mas alguns, isto é, “eu”, o suprasumo da inovação gerencial, sou mais igual do que os outros, eis o discurso oligofrênico do grande idiota útil que amanteiga o choque de ordem ultraliberal com suas prédicas contra o autoritarismo político, mas que ao exigir que suas demandas individuais sejam imediatamente satisfeitas sem o cumprimento dos ritos processuais corretos, mesmo que com mérito, age da mesma forma autoritária que lideranças governamentais disruptivas completamente avessas aos princípios democrático-republicanos que interferem criminosamente na gestão pública. E esse mesmo tipo de aluno catequizado pela normatividade gerencial do capitalismo global-ultraliberal pretende apenas se tornar apreciável por seus gestores, jamais por seus professores, mas quando esse aluno corre risco de ser jubilado por causa de seu comportamento indolente e irresponsável em relação ao curso, alguma mudança drástica de postura é notada, ainda que muitas vezes apenas efervescente. Tanto pior, esse aluno imbuído de amor pela empresa e desprazer pelo ensino acadêmico considera que a estrutura universitária é burocrática e alheia aos problemas estudantis, culpabilizando os professores, a grade curricular e a

instituição de ensino por seu próprio fracasso pessoal.

O aluno pretensamente autossuficiente, que se arroga detentor de um know-how gerencial exclusivo, vilipendia os saberes matemáticos, os conteúdos logísticos, os fundamentos dos recursos humanos, as análises de marketing, os conceitos filosóficos-sociológicos-psicológicos-políticos-econômicos-jurídicos, pois considera, em seu solipsismo vulgar, que toda a oferta de conteúdo intelectual de seu curso de Administração não é capaz de lhe ensinar substantivamente nada. O professor não é o detentor absoluto do saber, quem se considera como tal é um parvo. No entanto, o professor possui, por sua maior experiência intelectual e profissional, mais sapiência do que o aluno afoito que se apresenta nas cadeiras universitárias repleto de enunciados heteróclitos retirados do senso comum, dos memes simplificadores, das narcotizantes redes sociais e dos discursos reducionistas dos gurus de autoajuda empresarial. A tarefa da trajetória acadêmica consiste em depurar da mentalidade romântica do jovem estudante que pretende revolucionar o mercado com suas ideias mirabolantes os seus traços mais inconsequentes e estimular o senso crítico nesse jovem, que felizmente pode ser ainda bem cultivado e direcionado para um caminho intelectual mais salutar.

A experiência do ensino jamais pode ser depositada exclusivamente no polo estudantil, tal como apregoam algumas diretrizes curriculares para os cursos de Administração, circunstância que denota irresponsabilidade gerencial e estultícia intelectual desses tecnocratas liberalóides. Conforme dito, quem está com a mente repleta de discursos desprovidos de substancialidade

intelectual jamais pode ser alçado ao patamar do centro do saber. Ninguém recebe autonomia de ninguém, autonomia é conquistada pelo esforço pessoal na sua mediação com o mundo. A genuína experiência pedagógica é bilateral. Em uma situação ótima, professores e discentes comungam dos conhecimentos nas aulas e nas relações comunicacionais que são estabelecidas. Porém, o aluno contaminado pela histeria cada vez mais efusiva das tecnologias informacionais e seus refugos, acreditando-se como a figura que irá mudar o mundo (sem mudar a si mesmo, diga-se de passagem), pouco valoriza o saber universitário e o seu estofo legítimo. Somente a empresa privada é considerada a força organizacional capaz de inovar. Esse perfil de aluno voluntariamente se sobrecarrega de demandas a cumprir na empresa e quando demonstra os graves sinais de exaustão vital solicita aos professores leniência incondicional e flexibilização acadêmica para que possam conciliar a prática de estágio e os estudos. Cabe aqui ainda destacar o conflito de interesses entre a opção que o aluno de Administração estabelece entre a carreira acadêmica e sua participação nas associações atléticas povoadas de indivíduos indolentes, ou ainda em uma dada empresa júnior que exige uma série de comprometimentos gerenciais que o afastam da participação regular nas aulas e impõem comportamentos ridículos e padrões estéticos que beiram ao puritanismo kitsch. Já o pertencimento aos centros acadêmicos, desde que não prejudique o desempenho intelectual e estimule a adoção de posturas ideológicas sectárias, é, por sua vez, louvável, pois estimula a politização da formação universitária e a inerente conscientização social.

Diante de tantos estímulos atraentes propagados pelo mundo corporativo, é mister que o aluno ávido pelo sucesso empresarial faça uma escolha radical. A instituição de ensino é sólida e permanece incólume apesar das contingências políticas e das adversidades sociais, a empresa é sempre fluida. De toda maneira, é digno de nota a quantidade de estudantes de Administração que apresentam graves sintomas de depressão, ansiedade, irritabilidade crônica, estresse e esgotamento psicofísico, estados doentios decorrentes da incapacidade de se construir um modo de vida saudável e equilibrado que concilie razoavelmente todas as esferas da existência concreta do aluno, sem hipertrofia laboral nem sobrecarga funcional. Cada vez mais se torna evidente que a condição indispensável para uma rápida inserção profissional é a de se estabelecer um modo de vida sexualmente repressivo, suprimindo-se violentamente toda contingência libidinal do estudante de Administração, e tais pulsões recalçadas extravasam-se em outras dimensões da existência, por isso o mercado capitalista é necrófilo e essencialmente predatório. Porém, para muitos desses jovens idólatras da pujança empresarial, torna-se um ato heroico sofrer para que sejam benquistos por seus gestores, verdadeiros espoliadores da energia juvenil que se vende de forma barata ao projeto da firma na qual iniciam os seus primeiros passos profissionais. Nesse quadro tétrico de degradação gerencial, mesmo os casos corriqueiros de assédio moral dos supervisores sobre os estudantes-estagiários são naturalizados por esses universitários para que não sejam desligados da empresa onde depositam diariamente parcelas de uma vida cada vez mais embotada e robotizada. É importante ressaltar que o mesmo tipo de aluno que é cordeirinho

para com os abusos cometidos por seus supervisores de estágio profissional é comumente desrespeitoso com os seus professores e ainda se pavoneia como “cidadão de bem” que merece todo respeito e atenção (o aluno oprimido pela rotina alienante do cotidiano organizacional da empresa, moralmente impotente, só consegue extravasar o seu ressentimento contra sua própria instituição de ensino e os seus professores, imputados como pedagogicamente inflexíveis e incapazes de compreenderem as urgências neurastênicas da vida empresarial, o suprasumo para o jovem administrador). Infelizmente esse caminho de perdição existencial é sem volta, e a vivacidade pueril se desvanece perante a submissão ao crivo tecnocrático, ainda que o estudante acredite ter alcançado a tão sonhada felicidade profissional. Para Byung-Chul Han,

O sujeito de desempenho encontra-se em guerra consigo mesmo. O depressivo é o inválido dessa guerra internalizada. A depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade. Reflete aquela humanidade que está em guerra consigo mesma (HAN, 2015, p. 29).

Escrever encômios nas redes sociais para glorificar o ambiente organizacional na qual a cada dia um pouco de sua energia vital é vampirizada pela estrutura empresarial apenas escamoteia as teias da dominação econômico-ideológica na qual estão aferrados tal como em uma asfixiante crosta de aço. O rebanho de devotos pela grandeza do Mercado-Moloch sempre aumenta, e a radicalidade do saber crítico pouco consegue subverter esse tipo de situação, pois para conseguir se libertar dos grilhões da prisão gerencial o indivíduo deve compreender as condições de

insalubridade existencial na qual está inserido e querer se emancipar desse sistema sedutor. No entanto, o aprendiz de gestor-empresário-plutocrata desconhece o sentido genuíno da liberdade existencial e anseia raivosamente por sua imersão no redemoinho gerencial. Servidão Voluntária 4.0.

### **Administração como técnica de controle social-gerencial**

O progresso técnico subjacente na consolidação da era moderna consolidou a legitimidade da ciência como o aparato instrumental capaz de transformar a realidade. Os saberes da Matemática e da Física se tornam cruciais para a operacionalização de um mundo que passa a ser compreendido como um grande mecanismo repleto de engrenagens concatenadas e dotadas de uma lógica racional. Nada é aleatório. A precisão das operações se torna o imperativo dos empreendimentos humanos em sua sôfrega busca pelo controle sobre a natureza e, por conseguinte, sobre si próprio. Com efeito, ao estabelecer sobre a realidade concreta a metrificacão do espaço e do tempo como meios para otimizar recursos e funções imputadas como úteis para a sociedade, o ser humano inicia um rápido processo de normatização de si próprio. A matematização do mundo capitaneada pelo saber moderno se converte na matematização do próprio ser humano, esquadrihado assim como um grande organismo mecânico que pode ser facilmente manipulado. O projeto iluminista, que visava esclarecer a mente humana e libertá-la da ignorância, da heteronomia e da dominação despótica mediante a propagação da racionalidade crítica, fornece também as condições ideológicas para o estabelecimento de novas estruturas de dominação. A

ciência é assim apropriada pelo establishment para ampliar o controle sobre a subjetividade humana, dissociando-se dos seus traços emancipatórios originais. Se antes a atividade científica era cerceada pelo obscurantismo teológico-político, na constituição da modernidade a ciência é absorvida pelo poder gerencial, e dessa maneira direcionada para promover a normatização social, excluindo do espaço público aqueles que não se enquadram nos preceitos da produtividade capitalista. De acordo com Horkheimer,

O avanço nas possibilidades técnicas inerentes ao Iluminismo faz-se acompanhar de um processo de desumanização. Deste modo, o progresso ameaça reduzir a nada o próprio objetivo que presuntivamente deveria realizar – a ideia de homem [...] A história dos esforços do homem para subjugar a natureza é também a história da subjugação do homem pelo homem (HORKHEIMER, 2015, p. 6; p. 117)

A fragmentação dos saberes e sua inerente separação em relação ao discurso filosófico é um evento de crise análogo ao processo de divisão social do trabalho, permitindo que cada episteme se desenvolva de maneira singularizada e autocentrada em um viés racional extremamente unidimensional, o que favorece a apropriação desses saberes como armas de contenção e de correção dos desviantes e dos humanos contingentes (vide a importância da psiquiatria, da ortopedia e da ergonomia para o engrandecimento do poder gerencial nas mais diversas estruturas organizacionais modernas). Jean-Baptiste Say apresenta as peculiaridades desse sistema ao argumentar que

Um homem que durante toda a sua vida executa uma única operação chega certamente a executá-la melhor e mais rapidamente que um outro; ao mesmo tempo, porém, torna-se menos apto a qualquer outra ocupação, quer física, quer moral; suas outras faculdades se apagam, daí resultando uma degenerescência do homem considerado individualmente (SAY, 1983, p. 102).

A divisão do trabalho é fundamental para o progresso industrial comandado pelo sistema capitalista, pois assim as operações laborais são fragmentadas através de critérios técnicos de análise das funções de cada segmento produtivo, exigindo-se do gestor conhecimentos matemáticos e físicos para estabelecer um rígido controle sobre o processo produtivo, aproveitando cada recurso disponível. Conforme a consagrada colocação de Adam Smith,

O grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão de trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de executar, deve-se a três diferentes circunstâncias: em primeiro lugar, ao aumento da destreza de cada trabalhador; em segundo lugar, à economia de tempo que normalmente se perdia ao passar de uma tarefa a outra; e, finalmente, à invenção, de grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, permitindo que um homem faça o trabalho de muitos (SMITH, 2013, p.11)

O mundo moderno e sua inerente administração tecnocrática afasta-se da criação artesanal, pois esta, apesar de se pautar em conhecimentos e habilidades metrificáveis transmitidas de geração para geração, pauta-se na singularidade do trabalhador e no seu próprio ritmo produtivo, e assim conserva-se um grande poder de negociação perante as

demandas de consumo social. Ora, o empreendedorismo capitalista exige produção em massa para satisfazer mercados abertos por todas as partes do mundo com ferro e fogo pela marcha imperialista, e somente a produção segmentada racionalmente em diversas seções dá conta dessa nova realidade econômica. Tanto melhor, o trabalhador assalariado não possui os conhecimentos globais que distinguem socialmente o artesão como um indivíduo requintado, é apenas uma figura que vende sua força de trabalho por sua miserável subsistência e assim se torna facilmente subjugável pela sanha capitalista por lucro absoluto. A moral burguesa, no entanto, compreende essa mudança do sistema produtivo como a realização do bem comum tão ansiada pelo humanismo iluminista:

É a grande multiplicação das produções de todas as diferentes artes, consequência da divisão do trabalho, que dá origem, numa sociedade bem administrada, à opulência generalizada que se estende às mais baixas camadas do povo (SMITH, 2013, p. 15).<sup>2</sup>

A grande aspiração da ilustrada intelligentsia moderna consistia em forjar uma sociedade racionalizada, não apenas livre do arbítrio tirânico dos déspotas lascivos e corruptos, mas também das necessidades materiais decorrentes da incapacidade técnica de se aproveitar convenientemente as forças humanas para melhor controle e

intervenção sobre a grande estrutura da natureza.

O plano do Panóptico de Bentham, paradigma da sociedade disciplinar, se estabelece como a continuidade mais apurada da racionalidade iluminista que, em seu extremo, volta-se contra o próprio ser humano. Bentham, em seu propósito por estabelecer o controle absoluto sobre a subjetividade de grupos humanos categorizados por identidades padronizadas e uniformizadas por um regime disciplinar de fiscalização e monitoramento constante dos corpos (presidiários, estudantes, soldados, operários etc.), sustenta tal dispositivo pelo sistema de visibilidade total, onde nada permaneceria oculto, tudo estaria sempre disponível aos olhos perscrutadores do poder gerencial. A soberania onisciente do olhar divino da antiga sociedade teocêntrica é transferida para os atores laicos da sociedade industrial, que emulam esse papel outrora atribuído ao âmbito suprasensível. Trata-se assim de uma política social de fiscalização imediata do corpo humano através da moralidade higiênica e jurídica, corpo humano educado pela disciplina e desprovido das suas armas contingentes de resistência ao poder estabelecido. Para Bentham,

Quanto mais constantemente as pessoas a serem inspecionadas estiverem sob a vista das pessoas que devam inspecioná-las, mais perfeitamente o propósito do estabelecimento terá sido alcançado. A perfeição ideal, se esse fosse o objetivo, exigiria que cada pessoa

---

<sup>2</sup> Vejamos um grande contraponto ao ideário burguês de Adam Smith através da emancipatória filosofia comunista: “O crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho despojaram a atividade do operário de seu caráter autônomo, tirando-lhe todo o atrativo. O operário torna-se um simples apêndice da máquina e dele só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender. Desse modo,

o custo do operário se reduz, quase exclusivamente, aos meios de subsistência que lhe são necessários para viver e perpetuar sua espécie. Ora, o preço do trabalho, como de toda mercadoria, é igual ao seu custo de produção. Portanto, à medida que aumenta o caráter enfadonho do trabalho, decrescem os salários.” (ENGELS & MARX, 2010, p. 46).

estivesse realmente nessa condição durante cada momento do tempo. Sendo isso impossível, a próxima coisa a se desejar é que, em todo momento, ao ver razão para acreditar nisso e ao não ver a possibilidade contrária, ele deveria pensar que está nessa condição (BENTHAM, 2019, p. 20).

Bentham é assim um dos paradigmas do gerencialismo administrativo, pois sua “utopia” do olhar ubíquo manifesta ecos profundos nas estruturas empresariais decorrentes da consolidação da Revolução Industrial e a inerente automação da produtividade pelo uso das máquinas, mais poderosas e valiosas que a abundante mão-de-obra humana, sempre contingente, errática e perigosa quando consciente do seu poder de rebelião contra os constantes desmandos patronais. A disciplina sobre os corpos laborais não ocorre apenas pela autoridade legal instituída como uma norma moral, mas sobretudo através da inserção dos elementos técnico-científicos nesse procedimento modernizante, decorrendo daí a importância instrumental da Matemática, da Física, da Medicina, da Biologia e muitas outras epistemes para a consolidação do controle gerencial para melhor aproveitamento da produção industrial. Tal como observado por Foucault acerca dos dispositivos modernos de gerenciamento tecnocrático da força laboral do ser humano,

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que se operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a

eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 2010, p. 133-134).

Os patriarcas da moderna ideologia administrativa, Fayol e Taylor, ambos engenheiros, são explícitos na pretensão das suas respectivas teorias e métodos para a modificação radical da linha de produção, utilizando-se de técnicas empíricas de observação e cronometragem das ações laborais para melhor dominação sobre a massa operária. A atividade do trabalhador se converte assim em uma performance regida pelo cálculo da otimização de tempo e de recursos mediante a aplicação de uma metodologia disciplinar rígida que nega toda forma de contingência e, por conseguinte, erige o ideal de homem-máquina, sem iniciativa, sem autonomia criativa, que apenas cumpre ordens dos seus superiores. Vejamos como os engenheiros-tecnocratas do poder gerencial compreendem os paradigmas modernos da Administração:

Administrar é prever, organizar, comandar, coordenar e controlar [...] A divisão do trabalho tem por finalidade produzir mais e melhor, com o mesmo esforço. O operário que faz todos os dias a mesma peça e o chefe que trata constantemente dos mesmos negócios adquirem mais habilidade, mais segurança e mais precisão e, conseqüentemente, aumentam de rendimento. Cada mudança de ocupação ou de tarefas implica um esforço de adaptação que diminui a produção [...] A disciplina consiste, essencialmente, na obediência, na assiduidade, na atividade, na presença e nos sinais exteriores de respeito demonstrados segundo as convenções

estabelecidas entre empresa e seus agentes (FAYOL, 2012, p. 26; p. 44; p. 46).

No passado, o homem estava em primeiro lugar; no futuro, o sistema terá a primazia [...]. Um operário classificado faz justamente o que se lhe manda e não reclama [...]. A direção deve fornecer professores para instruírem o novo trabalhador nas melhores e mais simples movimentações, e os operários lentos devem ser constantemente cronometrados e auxiliados, até atingirem a velocidade conveniente. Todos aqueles que, depois do ensino devido, não quiserem ou não puderem trabalhar de acordo com os novos métodos e no ritmo requerido, serão dispensados (TAYLOR, 2012, p. 23; p. 46; p. 66).

Apesar de a era moderna trazer em seu bojo uma maior precisão científica, maior difusão dos saberes e uma maior liberdade sociocultural para a expressão das ideias (mesmo as mais divergentes em relação ao establishment), perpetuou-se a distinção entre as classes dignas de esclarecimento e as classes que deveriam ser subjugadas pela disciplina laboral, genuína educação moral para a massa trabalhadora. Já dizia o libertino Mandeville sem qualquer pudor acerca da rígida distinção entre as elites sapientes e os pobres ignorantes:

Quanto mais um pastor, um lavrador ou qualquer campônio sabe sobre o mundo e sobre coisas alheias a seu trabalho ou emprego, menos estará em condições de suportar as fadigas e penúrias com alegria e contentamento. Saber ler e escrever e conhecer aritmética são coisas muito necessárias àqueles cujos negócios exigem tais qualificações; mas onde a subsistência das pessoas não depende dessas artes, estas são muito perniciosas aos pobres, que são obrigados a conseguir o pão de

cada dia pelo seu trabalho de cada dia. Poucas crianças fazem algum progresso na escola se forem capazes, ao mesmo tempo, de se dedicar a uma ou outra tarefa; de modo que cada hora que essas pobres pessoas passam com seus livros é um tempo perdido para a sociedade. Ir à escola, em comparação com qualquer trabalho, é indolência, e quanto mais os meninos permanecem nessa vida fácil, tanto mais estarão despreparados, quando crescerem, para o trabalho efetivo, tanto em força como em inclinação. Os homens que devem permanecer e terminar os seus dias numa posição laboriosa, cansativa e penosa, tão logo sejam explorados desde o início, com mais paciência se lhe submeterão para sempre[...] Há uma abundância de trabalho duro e sujo a ser feito, e é preciso resignar-se à vida rude. Onde mais encontraremos um melhor viveiro para lidar com essas necessidades do que nos filhos dos pobres? (MANDEVILLE, 2017, p. 297-298; p.322).

A eficiência absoluta é o norte do processo produtivo, e o trabalhador que pensa se torna perigoso para o gerencialismo industrial, pois a reflexão pode estimular a ocorrência das contingências. Somente quem deve pensar é o mandatário da linha produtiva: “O racionalismo moderno desconfia do indivíduo; prefere as leis impessoais da ciência que também se aplicam à vida e aos pensamentos humanos” (TOURAINÉ, 2012, p. 269). O poder gerencial consolidado pela sociedade disciplinar e pela aplicação das técnicas “científicas” da administração no processo produtivo é uma das mais abrasivas concretizações da racionalidade instrumental, que se caracteriza pela transposição da capacidade libertadora da razão humana

para objetivos não apenas meramente pragmáticos, mas sobretudo que promovem a dominação sobre o próprio ser humano em sua dinâmica existencial para melhor otimização de recursos materiais e para a ampliação da produtividade econômica. Segundo o parecer de Horkheimer,

A razão tornou-se completamente subordinada ao processo social. O seu valor operacional, o seu papel na dominação dos homens e da natureza, tornou-se o seu único critério [...] Tudo se passa como se o próprio pensamento tivesse sido reduzido ao nível do processo industrial, submetido a um horário fixo – em suma, como se tivesse tornado parte integrante da produção (HORKHEIMER, 2015, p. 27-28)

Favorece-se assim a perpetuação do poder econômico entre as classes dominantes, que privatizam o caráter universalizante da racionalidade substantiva em nome da apropriação material sobre a realidade circundante na qual as coisas adquirem o estatuto de mercadorias padronizadas para o consumo. O próprio ser humano é imerso nesse procedimento, quando, submetido ao trabalho alienado, fabrica mercadorias e ele mesmo é uma mercadoria, muitas vezes menos valiosa do que o próprio artefato produzido. Franz Hinkelammert desnuda esse procedimento degradante ao ponderar que

O ser humano é inútil e até “descartável”, a não ser que seja transformado em capital humano a ser explorado em função de sua utilidade, seja a utilidade a partir do interesse próprio calculada por ele mesmo, que considera a si mesmo capital humano, ou por outros, que querem explorá-lo em virtude de suas respectivas utilidades próprias (HINKELAMMERT, 2014, p. 201).

Percebe um nítido cinismo moral no discurso gerencial, tal como um orgulho criminoso em fazer do ser humano um instrumento obsoleto ao serviço de um típico sistema capitalista mecanicista e agressivo (em uma reestruturação revolucionária da sociedade, conviria que os tecnocratas da produção capitalista fossem enviados para campos de reeducação para aprendessem na carne a importância de se valorizar a dignidade incondicional do trabalhador, desqualificado ideologicamente pela burguesia detentora dos meios de produção). Conforme salienta Vincent de Gaulejac,

Gerenciar o humano como um recurso, ao mesmo título que as matérias-primas, o capital, os instrumentos de produção ou ainda as tecnologias, é colocar o desenvolvimento da empresa como uma finalidade em si, independentemente do desenvolvimento da sociedade, e considerar que a instrumentalização dos homens é um dado natural do sistema de produção (GAULEJAC, 2007, p. 80)

Lembremos que os engenheiros da morte do nazismo utilizaram-se da expertise taylorista para gerenciar o confinamento e o extermínio de todos aqueles que não eram considerados dignos de viver. O peso da culpa pela solução final não pode recair obviamente sobre o projeto de Taylor; no entanto, como tal ideólogo não reconhecia no ser humano as qualidades ontológicas fundamentais que representam a dignidade de nossa condição existencial e suas inerentes contingências que expressam nossas mais belas potencialidades criativas, afirmo categoricamente que já havia em estado embrionário no dispositivo gerencial taylorista as bases para a supressão da ideia de homem. Importante ressaltar que a única forma de

se tornar o método científico de produção e a administração do trabalho um procedimento efetivamente cooperativo de daria através do projeto socialista, pois assim o objetivo final desse processo seria o beneficiamento de toda a sociedade, abastecida com os gêneros necessários para o seu sustento e inerente qualidade de vida sem qualquer distinção interpessoal.

O projeto taylorista é politicamente conservador, pois a aplicação de seu método de “administração científica” implicaria na conciliação de classes, situação bastante razoável para a segurança dos empreendimentos burgueses, sempre ameaçados pelos avanços substantivos das mobilizações trabalhistas, radicalmente incisivas na grande luta pela conquista de direitos sociais. O trabalhador obediente, docilizado pela disciplina profissional e agraciado com alguns centavos a mais por seu empenho superior, perderia assim qualquer desejo de ruptura violenta com a ordem laboral vigente: “A administração científica significará, para os patrões e operários que a adotarem – e particularmente para aqueles que a implantaram, em primeiro lugar – a eliminação de todas as causas de disputa e desentendimento entre si” (TAYLOR, 2012, p. 102).<sup>3</sup>

Apólogos das mudanças nos ambientes organizacionais e dos processos laborais consideram que a tecnocracia verticalizada do modo de produção taylorista-fordista do capitalismo industrial é algo já superado. Com efeito, podemos reconhecer algumas mudanças na percepção gerencialista acerca dos

empregados (denominamos hipocritamente como “colaboradores”), dos serviços e do próprio sistema comunicacional do sistema corporativo, aparentemente mais dinâmico e horizontalizado. Todavia, apesar de algumas ligeiras transformações no ambiente organizacional da civilização do capitalismo informacional, as táticas de dominação sobre a subjetividade do trabalhador (o termo verdadeiro para designar todo funcionário que vive sob o regime assalariado) tornaram-se ainda mais agressivas do que as imperantes na consolidação da administração clássica-científica. Na dimensão microestrutural, cabe salientar que até mesmo nas valiosas parcerias com as universidades as empresas privadas se revelam bastante desalinhadas na satisfação das demandas sociais: diversos estudantes academicamente bem qualificados que postulam vaga de estágio são descartados de antemão quando habitam em locais distantes das sedes das empresas, que não pretendem dispendir maior quantia no vale-transporte para estudantes desse perfil geográfico. Já em uma dimensão macroestrutural, basta constatar que em qualquer grande colapso econômico-social a empresa que propagava o seu discurso melífluo para melhor encantar as consciências séráficas adoradas do fajuto “capitalismo com rosto humano” não hesita em realizar profundos cortes de bisturi para eliminar aquilo que considera o excesso de pessoal, e impor aos que por enquanto permanecem contratados até segunda ordem que aceitem se sujeitar ao regime de expropriação e suas atrocidades

<sup>3</sup> “O esgotamento físico não concerne somente aos trabalhadores braçais, mas ao conjunto dos operários da produção de massa. Ao separar, radicalmente, o trabalho intelectual do trabalho manual, o Sistema Taylor neutraliza a atividade mental dos operários. Deste modo, não é o aparelho psíquico que aparece como primeira

vítima do sistema, mas sobretudo o corpo dócil e disciplinado, entregue, sem obstáculos, à injunção da organização do trabalho, ao engenheiro de produção e à direção hierarquizada do comando” (DEJOURS, 1992, p. 19)

extenuantes, até que enfim um novo ciclo de expurgos profissionais quem sabe exija a demissão do empregado que sempre foi considerado descartável pela lógica instrumental dos gestores, a grande massa humana de assalariados, ansiosos, precários e incertos. Para Bauman,

A produção de “refugo humano”, ou, mais propriamente, de seres humanos refugados (os “excessivos” e “redundantes”, ou seja, os que não puderam ou não quiseram ser reconhecidos ou obter permissão para ficar), é um produto inevitável da modernização, e um acompanhante inseparável da modernidade (BAUMAN, 2005, p. 12).

Por conseguinte, a estrutura flutuante da economia capitalista em sua desregulação ultraliberal representa a supressão de todo contrato moral de confiança do empregado para com seus patrões, retirando do indivíduo subjogado pela tirania do salário (cada vez mais incapaz de satisfazer suas demandas básicas) qualquer poder de contestação diante do arbítrio gerencial. Vive-se sob os signos da incerteza, momento a momento. Ninguém está seguro, mesmo os profissionais mais obedientes e qualificados estão sob ameaça contínua de exclusão social pelo nefando desemprego. Richard Sennett apresenta pungentes indagações sobre a situação do imperativo da flexibilidade profissional:

Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? (SENNETT, 2002, p. 27).

Apregoa-se tanto a ideologia da meritocracia no mundo organizacional para melhor desqualificar aqueles que não são viáveis para a gestão necrófila do capitalismo tardio, e tal discurso leviano faz tabula rasa para as contradições estruturais de nossa formação social clientelista, patrimonialista e escravocrata que sempre desvalorizou qualquer possibilidade efetiva de democratização econômica e mobilidade social, gerando estigmas dolorosos em nossa formação nacional. Plutocratas que sempre espoliaram as forças vivas dos trabalhadores ousam defender a meritocracia, sendo que eles mesmos jamais sofreram quaisquer adversidades estruturais em suas vidas repletas de facilidades materiais e vantagens transacionais. Enquanto isso, a pobreza material e o desalento pela impossibilidade de se construir uma vida plena de dignidade existencial é o quinhão da massa laboral descartável. Viviane Forrester aponta que

Se o desemprego não existisse, o regime ultraliberal o teria inventado. O desemprego lhe é indispensável. É ele que permite, à economia privada, subjugar a população planetária e sustentar a “coesão” social, ou seja, a submissão (FORRESTER, 2001, p. 89).

O mote ultraliberal “mais empregos, menos direitos” é uma prova bruta dessa sanha empresarial por rentabilidade incondicional, pura mais-valia absoluta que exige mobilização permanente do trabalhador para que os negócios de sua empresa jamais se afetem pela falta de engajamento dos assalariados, mesmo que para isso necessitem suprimir qualquer distinção substantiva entre o tempo de labuta e o tempo de descanso/lazer. As empresas superficialmente repaginadas pela ideologia da defesa do “capital humano” estimulam a proatividade dos seus

trabalhadores para que melhor possam extrair essas forças criativas dedicadas ao sucesso da firma e convertê-las em vantagem financeira para os executivos detentores do capital. A apropriação da riqueza produzida pelo trabalhador reconfigurado pelo sistema de flexibilidade é sutil e assim muito mais agressiva do que praticada pela hegemonia taylorista. Byung-Chul Han aborda com perspicácia essa situação, ao considerar que

A coação do desempenho é destrutiva, fazendo com que autoafirmação e autodestruição sejam uma coisa só. As pessoas se otimizam para morrer. Autoesgotamento indiscriminado leva a um colapso mental. A luta brutal de concorrência atua de modo destrutivo. Ela produz uma frieza de sentimentos e uma indiferença diante dos outros que traz consigo uma frieza e indiferença perante si próprio (HAN, 2021, p. 19-20).

As dolorosas lutas dos trabalhadores pela ratificação das melhorias das condições laborais nas fábricas resultaram em alguns avanços dignos, mas a sanha ultraliberal não hesita em suprimir as condições mais basilares para a preservação da saúde psicofísica do operariado. Um ignominioso plutocrata que circula entre os altos escalões do poder governamental considera que os empregados da grande indústria, protegidos por uma boa legislação trabalhista, se tornam acomodados e dispendiosos perante uma efervescência econômica que exige dedicação total em analogia ao espírito bélico de imersão total da mão-de-obra para os esforços de guerra. Conforme a concepção filisteia do empresário ultraliberal, o trabalhador pode convenientemente consumir seu esquálido sanduiche com uma mão e operar a máquina com outra. Caso ocorra algum acidente de trabalho, o erro é do

próprio operário, incompetente e desatento. Em caso de pagamento de indenização após longa batalha jurídica, a quantia paga ao trabalhador inválido é irrisória, circunstância que favorece a manutenção das mais horrendas condições de insalubridade no espaço produtivo da indústria, pois a empresa pode cometer as mais graves atrocidades contra os operários e o meio ambiente uma vez que as contrapartes judiciais (quando condenam os atos ímprobos dessas empresas) em nada afetam sua rentabilidade. Diz-se então no mundo corporativo que fazer o bem é algo lucrativo para os negócios da empresa. Em verdade, fazer o mal é lucrativo para a pujança da empresa que se utiliza dos mecanismos mais vis para se manter competitiva na dinâmica autofágica do mercado ultraliberal. Grégoire Chamayou destaca que

A política neoliberal – na medida em que pratica a desregulamentação, sobretudo do direito trabalhista; ao reforçar o poder do empregador na relação contratual; ao precarizar e comprometer a segurança dos trabalhadores, ao enfraquecer sua correlação de forças; ao reduzir sua capacidade de recusa, sua liberdade, pois ela favorece a acumulação das riquezas; ao aprofundar as desigualdades, exacerbando ainda mais as oportunidades de subjugação de todas as ordens – implica um endurecimento dos autoritarismos privados (CHAMAYOU, 2020, p. 392).

Diz-se que os ambientes organizacionais são cada vez mais saudáveis, coibindo-se por exemplo o consumo de cigarro nesses espaços em nome da prevenção de doenças pulmonares ou coronárias. No entanto, muitos outros aditivos ainda mais devastadores são necessários para a tonificação psicofísica dos gestores. Sem o consumo de drogas lícitas ou ilícitas é praticamente impossível que alguém

consiga permanecer psiquicamente estável perante as demandas exaustivas da rotina gerencial. O capitalismo ultraliberal prospera assim através da extenuação dos seus trabalhadores dedicados no ritmo 24/7 pelo sucesso da empresa, como também através das doenças ocupacionais, mediante o pagamento dos planos de saúde e dos remédios produzidos pela sempre lucrativa indústria farmacêutica. Talvez apenas a personalidade psicopata consiga resistir sem esmorecer perante a insalubridade do mundo corporativo, não apenas pela abnegação forçada necessária para que o sujeito se torne viável nos quadros da empresa, como também para tomar decisões que muitas vezes afetam as vidas de outros trabalhadores ou do próprio meio ambiente devastado por práticas organizacionais criminosas. As empresas espelham assim as características nefastas dos seus próprios mandatários, rudemente antissociais e alheios ao bem-estar global. Para Joel Bakan,

Como criatura psicopata, a corporação não consegue reconhecer ou seguir preceitos morais para evitar que prejudique os outros. Nada em sua formação legal limita o que pode fazer aos outros na busca de seus objetivos egoístas, e ela é compelida a prejudicar quando os benefícios são maiores do que os custos (BAKAN, 2008, p. 71).

As sangrentas conquistas pelos direitos civis em sociedades formalmente democráticas (em geral regidas pela constitucionalidade burguesa que é incapaz de promover mudanças substantivas na ordenação socioeconômica) promoveu uma conveniente ampliação da inclusão de segmentos historicamente discriminados pela normatividade moral de uma civilização patriarcal, sexista, racista e homofóbica. Muitas empresas adeptas

do discurso liberal-social e de dignos preceitos democratizantes abriram suas portas e gabinetes para a inserção profissional de mulheres em funções gerenciais, assim como membros da comunidade LGBTQIA+, pessoas negras, indígenas e de outras etnias minoritárias. A diversidade sociocultural nas organizações é fundamental para um genuíno progressismo social, pois assim a segurança ontológica dessas pessoas se amplifica e desse modo ocorre um maior senso concreto de coletividade, participação social, representatividade político-cultural e bem-estar na esfera pública. Contudo, urge destacar que esse processo incluyente só se torna efetivamente transformador em nossa estrutura social tradicionalmente unidimensional e binária caso essas pessoas que adentram na seara organizacional sejam elas imbuídas de disposições eticamente progressistas, isto é, contestatórias de todas as formas de exploração e de dominação sobre o ser humano. Caso contrário, esses indivíduos apenas reforçam o status quo violento de nossa verticalizada sociedade de classes. Por isso é imprescindível que a luta contra a opressão econômica combata toda forma de conformismo existencial e apatia política entre os seus membros. O cretinismo moral é um dos grandes perigos das pautas identitárias quando os indivíduos que pertencem aos grupos historicamente oprimidos não se engajam pela transformação radical do status quo político.

A qualidade axiológica e política do ser humano deve ser mensurada por sua capacidade de se engajar na luta contra a violência estrutural estabelecida pelo regime capitalista, que pode convenientemente disfarçar sua rapinagem econômica através de políticas afirmativas sem que de fato ocorram mudanças radicais no

gerenciamento do poder empresarial. Ardilosamente manipulada pelo utilitarismo empresarial, a inclusão identitária se transforma em um instrumento que legitima a degenerescência destrutiva do capitalismo enquanto expressão mais dura do fascismo de mercado. Eis um ponto espinhoso que todavia jamais pode deixar de ser enfrentado por qualquer análise ampla sobre as contradições ideológicas do dispositivo gerencial e suas hábeis metamorfoses conforme as necessidades do momento.

Os liberalóides encastelados em seus assépticos gabinetes, propagadores de um palavreado mendacioso sobre inovação, resiliência, proatividade e outros vocábulos da ideologia gerencial desconhecem a dura realidade concreta do operariado, suas condições degenerativas de labuta e as adversidades cotidianas que envolvem a dinâmica de vida da classe trabalhadora, submetida aos problemas estruturais de uma sociedade desprovida de substancialidade democrática. Essa elite executiva que contempla belas paisagens nas janelas dos prédios-bunkers de onde se exerce o comando gerencial verticalizado não enxerga o sofrimento real daqueles que rastejam na base da pirâmide socioeconômica e deixam um pouco do sangue diariamente. Por conseguinte, a grande massa trabalhadora é carente em relação aos serviços fundamentais para a concretização de uma vida decente, como moradia provida de saneamento básico, alimentação de qualidade, transportes públicos asseados e eficientes, dentre outras dificuldades materiais que impactam a existência do trabalhador assalariado. As renomadas empresas autoindulgentes que enaltecem suas pretensas práticas includentes em suas organizações centrais pouco se importam com a miserabilidade de

trabalhadores periféricos dos rincões mais obscuros do mundo, desprovidos de acesso aos direitos sociais fundamentais. Recalcada em todo grande sucesso empresarial temos uma base necrófila de sangue e de dor dos trabalhadores anônimos, explorados como meras coisas pelos grandes operadores do poder capitalista. Os quadros executivos das grandes corporações desconhecem a realidade imanente de sofrimento da base da pirâmide capitalista, tudo se passa para o poder gerencial como se fosse uma mera imagem distante. Um curso universitário de Administração deveria exigir dos seus estudantes não apenas participação em atividades de extensão comprometidas com substantivas causas sociais, mas também estabelecer um aprendizado prático nas oficinas, nas lavouras, nas linhas de produção das fábricas. Temos aí uma expertise social que nenhum MBA pode fornecer. O aluno blasé reclama demasiadamente da suposta falta de conexão entre o aprendizado universitário e a dinâmica empresarial, pois bem, eis aí uma oportunidade crucial para forjar um caráter crítico multilateral, pois assim o estudante compreenderia não apenas a realidade organizacional da empresa que tanto lhe seduz com suas promessas de sucesso profissional, mas também o digníssimo conhecimento prático dos verdadeiros trabalhadores essenciais de nossa rede produtiva. Tratar-se-ia de uma poderosa reeducação social para a formação de uma juventude executiva comprometida com a democracia econômica mediante o conhecimento concreto das contradições fundamentais do sistema capitalista. Nenhum discurso teórico nasce espontaneamente da imaginação do seu pronunciante. Toda ideia é sempre fruto de observação e vivência da realidade concreta que nos envolve, que então é sistematizada através de padrões e de

conceitos. O imaginário organizacional, por causa de seu fetiche pelo ato puro, desvinculado de estofos teóricos, estabelece assim uma grande mistificação ideológica acerca da dinâmica da vida produtiva. Outrora poderíamos afirmar que o alunado ansioso por resultados imediatistas para obter a conclusão de curso valorizava, da grande oferta de conteúdos de sua formação acadêmica, em especial os saberes pretensamente aplicáveis na prática, desvalorizando então os conhecimentos considerados como abstratos demais ou afastados dos processos decisórios empresariais. Na formação educacional em processo de liquefação ideológica, o aluno que se considera um empresário em potencial desvaloriza até mesmo os saberes gerenciais mais avançados compartilhados por seus professores universitários. Somente o universo empresarial, sacrossanto e perfeito, é capaz de proporcionar o genuíno conhecimento operacional para o aspirante ao sucesso corporativo, tal como pensa tacanhamente esse modelo de aluno cooptado pelo dispositivo gerencial.

Os mecanismos de controle comunicacional evidenciam a tendência do capitalismo apocalíptico em suprimir qualquer distinção na vida do trabalhador entre a dimensão privada e a dimensão profissional, e um aplicativo pode convenientemente monitorar o comprometimento do empregado para com as demandas da empresa, mesmo que para tanto o bem-estar individual seja suspenso, sempre em nome do sucesso econômico da empresa, que é inversamente proporcional ao tremendo esgotamento psicofísico do trabalhador. Outro aspecto ainda a ser destacado consiste no enorme distanciamento entre o *modus operandi* do trabalho produtivo e as decisões soberanas que são tomadas

pelos gestores, autocratas do capitalismo de risco que exige devoção incondicional do empregado sem qualquer contraparte empresarial. Somente as consciências seráficas acreditam então na dita melhoria das relações profissionais após a dita superação do taylorismo. Se antes a ansiada harmonia de classes e a comunhão de interesses entre patrões e empregados era uma mentira organizacional muito bem orquestrada pela plutocracia para se debelar qualquer ameaça revolucionária do proletariado unido, na égide ultraliberal a opressão corporativa sobre a vitalidade do trabalhador é ainda mais colossal e sem qualquer expectativa de satisfação plena para todas as partes. Não há convergência de interesses nem autorregulação econômica: “O que está programado é a catástrofe e não a emancipação; as coisas quando deixadas a seu livre curso só podem conduzir ao abismo” (JAPPE, 2015, p. 28). Engano ingênuo ou má-fé descarada, não é possível categorizarmos com precisão os fundamentos desse otimismo na pretensa mudança de paradigmas da ideologia gerencial. A violência corporativa pode talvez não apresentar mais sua face agressiva, mas ainda assim exerce sobre a persona do trabalhador os mais maléficos impactos degradantes.

Uma das arapucas mais recorrentes no imaginário do mundo organizacional e, por conseguinte, nas carreiras que lhe são conexas reside na esqualida noção de responsabilidade social-empresarial e seus subseqüentes parâmetros “éticos”. Uma corporação, ciente de que cada vez mais aumenta o nicho social defensor de causas progressistas como por exemplo o respeito pela dignidade do trabalhador, pela preservação do meio ambiente e dos direitos dos animais e que a imagem da empresa deve transparecer esses compromissos, não hesita em mobilizar todos os artifícios do marketing para

tornar sua imagem organizacional benquista perante a opinião pública. Por conseguinte, faz-se o bem não pelo próprio caráter absoluto do bem, mas pela rentabilidade econômica que tal opção gera para o sucesso financeiro da empresa. Tal como salientado por Lipovetsky,

A ética nos negócios não é uma prática desinteressada, mas um investimento estratégico e comunicacional a serviço da imagem da marca e do crescimento da empresa a médio e longo prazo [...] A finalidade de uma empresa não é realizar o bem moral por toda parte e sempre. Isso pode ser uma exigência privada dos indivíduos, não a obrigação empresarial. A solidariedade só pode ser uma opção instrumental de uma empresa, uma possibilidade, na medida em que é compatível com os seus interesses econômicos, suas perspectivas de desenvolvimento e sua situação no mercado (LIPOVETSKY, 2008, p. 48; p. 59).

Não há assim sinceridade nessas campanhas de solidariedade e engajamento social, que, ao fim e ao cabo, potencializam apenas a marca da empresa, que posa publicamente de baluarte do bem-estar socioambiental. Enquanto isso as ações indébitas dessa mesma corporação que maquia os seus crimes com o belo palavreado da (mal)dita “ética empresarial” continuam a se manifestar ocultamente por todos os cantos de nosso mundo, inclusive através de ataques contra as bases democráticas da sociedade. Robert Reich argumenta que

O propósito do capitalismo é oferecer ótimas oportunidades aos consumidores e aos investidores. O propósito da democracia é atingir objetivos que não podemos alcançar como indivíduos. A fronteira entre democracia e capitalismo fica

obliterada quando as empresas parecem assumir responsabilidades sociais ou quando elas utilizam a política para reforçar ou para manter suas posições competitivas (REICH, 2008, p. 228-229)

É inócuo uma empresa destinar uma parte de seu polpudo índice de lucro para uma dada causa social e simultaneamente essa mesma empresa promover, através de ações insalubres, a degradação dos seres vivos e do meio ambiente que nos envolve. E assim muitos alunos-cordeirinhos dos cursos de Administração são ludibriados pelo conto do vigário do “empreendedor dotado de consciência social”.

### **Considerações finais**

Toda a formação acadêmica de um curso de Administração, por mais que ofereça uma grande diversidade de conteúdos que ratificam a importância da horizontalidade, do progressismo social, da sustentabilidade efetiva, da democracia substantiva, da solidariedade global, não é o suficiente para formar empreendedores comprometidos intrinsecamente com essas pautas. A agenda socialista na cátedra universitária de Administração não é capaz de modificar a estrutura cimentada da ideologia capitalista e sua hegemonia organizacional, ainda que estimule no estudante uma tomada de consciência acerca das contradições fundamentais do regime capitalista. Porém, o saber universitário não é a força motriz capaz de transformar sozinha o mundo, é imprescindível a participação de outros vigorosos atores sociais que se encontram além dos limites dos muros acadêmicos.

A realidade das organizações capitalistas, mesmo que se pavoneiem como valorizadoras de alguns aspectos positivos da dignidade humana e ambiental, é sempre a de colocar a

ampliação do lucro como a ordem do dia, o que inevitavelmente ocasionará em um grande impasse entre a prédica do bem comum e os objetivos privados de executivos, rentistas, acionistas, lobistas, em suma, a malta plutocrática detentora do poder gerencial. Conforme abordamos no decorrer do artigo, é impossível que ocorra uma verdadeira democratização das empresas privadas sob a égide do sistema capitalista, mesmo que venha a ser regulado por políticas públicas intervencionistas, tal como ocorreria no chamado Estado de Bem-Estar Social. Quando muito apenas coloca-se uma flocina para conter a ferocidade plutocrática, mas essa proteção é facilmente destruída quando os interesses majoritários das forças capitalistas ficam sob ameaça de erosão. A gestão ultraliberal da economia capitalista é a prova por excelência da sua incompatibilidade com os parâmetros democráticos, pois não apenas os homens são tratados como coisas descartáveis e instrumentalizáveis para maior rentabilidade empresarial, como também o futuro de nossa biosfera se torna cada vez mais nebuloso e ameaçador. Entramos assim em uma grande distopia do lucro acima de tudo, ainda que pereça o mundo. O capitalismo, por conseguinte, jamais conseguirá apresentar alternativas viáveis para a construção de uma sociedade efetivamente salutar. Toda reforma maquilar em sua base socioeconômica apenas adia o enfrentamento necessário para sua efetiva superação em prol de uma democracia social para além da lógica do mercado.

#### Referências

- BAKAN, Joel. **A corporação: a busca patológica por lucro e poder**. Trad. de Camila Werner. São Paulo: Novo Conceito, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. Trad. Tomas Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2019.
- CHAMAYOU, Grégoire. **A Sociedade Ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário**. Trad. de Letícia Mei. São Paulo: Ubu, 2020.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Trad. de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. Trad. de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FAYOL, Henri. **Administração Industrial e Geral**. Trad. de Irene de Bojano e Mário de Souza. São Paulo: Atlas, 2012.
- FORRESTER, Viviane. **Uma estranha ditadura**. Trad. de Vladimir Safatle. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Trad. de Lígia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.
- GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Trad. de Ivo Storniolo. Aparecida: Ideias e Letras, 2007.
- HAN, Byung-Chul. **Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas**. Trad. de Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes, 2021.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade do Cansaço**. Trad. de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HINKELAMMERT, Franz. **Mercado versus direitos humanos**. Trad. de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 2014.
- HORKHEIMER, Max. **O Eclipse da Razão**. Trad. de João Tiago Proença. Lisboa: Antígona, 2015.
- JAPPE, Anselm. **Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas**. Trad. de Robson J. F. de Oliveira. São Paulo: Hedra, 2015.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal: ética, mídia e empresa**. Trad. de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MANDEVILLE, Bernard. **A Fábula das Abelhas, ou vícios privados, benefícios públicos**. Trad. de Bruno Costa Simões. São Paulo: Ed. UNESP, 2017.

MISES, Ludwig von. **Burocracia**. Trad. de Raul Martins. Campinas: Vide Editorial, 2018.

MUMFORD, Lewis. **Técnica e Civilização**. Trad. de Fernanda Barão e Isabel Fernandes. Lisboa: Antígona, 2018.

REICH, Robert. **Supercapitalismo**. Trad. de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de Economia Política**. Trad. de Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**. Trad. de Marcus Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações, Vol. I**. Trad. de Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios de Administração Científica**. Trad. de Arlindo Vieira Ramos. São Paulo: Atlas, 2012.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Trad. de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 2012.

WEBER, Max. **Política como vocação e ofício**. Trad. de Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis: Vozes, 2020.

Recebido em 2021-12-13  
Publicado em 2022-01-01